

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.202.988/12-0

00 03 12

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, CONTANDO
ADICIONALMENTE COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA S.A.**

LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com sede na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Joana Foresto Storani, nº 676, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 66.079.609/0001-06, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debênture(s)" e "Debenturista(s)");

e, como Fiadores e principais garantidores das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura,

SOBRAPAR – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na com sede na Rua General Venâncio Flores, nº 305, sala 1002 (parte), Leblon, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 42.291.021/0001-53, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("SOBRAPAR");

ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA CARNEIRO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 2.381.252-2, expedida pelo DIC-RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 028.600.667-72, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Venâncio Flores, nº 305, sala 1002 (parte), Leblon ("AJAC" e, em conjunto com SOBRAPAR, os "Fiadores"); e

MARIA LUCIA BOARDMAN CARNEIRO, brasileira, casada sob o regime de comunhão de bens, socióloga, portadora da carteira de identidade nº 2.358.592, expedida pelo IFP-RJ, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 260.954.247-04, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Venâncio Flores, nº 305, sala 1002 (parte), Leblon ("Maria Lucia"), neste ato representada por AJAC, nos termos da procuração outorgado em 25 de novembro de 2008,

resolvem celebrar esta "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Log & Print Gráfica e Logística S.A." ("Escritura de Emissão"), de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A celebração da presente Escritura de Emissão da qual a Emissora é parte, bem como a realização da emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução CVM



JUCESP

08 03 12

n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Oferta"), foram autorizadas por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 14 de fevereiro de 2012 ("AGE"), nos termos do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

2. REQUISITOS

2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, serão arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP");
- II. *arquivamento e publicação da ata do ato societário.* Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações a ata da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Estado de São Paulo";
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada por meio da CETIP;
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- V. *registro na Comissão de Valores Mobiliários.* A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º, da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- VI. *registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* A oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".
- VII. *Registro nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos.* Em virtude da Fiança prestada pelos Fiadores, a presente Escritura de Emissão será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de (i) Vinhedo, no Estado de São Paulo; (ii) São Paulo, Estado de São Paulo; e (iii) Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 20 (vinte) dias úteis a contar da data de sua assinatura. No prazo de 10 (dez) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

JUCESP

08 03 12

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto (a) a exploração da indústria gráfica e a edição de livros em geral, englobando: (i) Serviços Gráficos – impressão e acabamento de revistas, livros, tablôides, cartazes e catálogos; (ii) Serviços Editoriais – editoração de revistas, livros, tablôides, cartazes e catálogos; (iii) Serviços de Distribuição – distribuição dos produtos fabricados ou não na gráfica para editoras, bancas de revistas e livrarias; (iv) Serviços de Bureau – confecção de filmes, provas, tratamento de imagens, escaneamento de imagens; (v) Editoração Digital – criação, divulgação e manutenção de revistas, informativos e sites para Internet; e (vi) Assessoria de Imprensa e Marketing; (b) a importação e/ou exportação de produtos e serviços relacionados com objeto social; e (c) a participação em empreendimentos gráfico-editoriais, inclusive como sócia ou acionista.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos obtidos pela Emissora por meio desta Emissão serão destinados exclusivamente para o alongamento do perfil da dívida da Emissora, bem como para pagamento de outras obrigações relacionadas à importação de maquinário.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação para o volume de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), nos termos do “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória da Log & Print Gráfica e Logística S.A.” (“Contrato de Distribuição”), com a intermediação do Banco Votorantim S.A. (“Coordenador Líder”), tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”).
- 5.2 *Prazo de subscrição.* As Debêntures serão subscritas, em até 2 (dois) dias úteis contados da data de início de Distribuição, em uma única data.
- 5.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do SDT, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, em uma única data, no ato da subscrição (“Data de Integralização”), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo) até a Data de Integralização.
- 5.4 *Declaração.* No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.
- 5.5 *Desconto.* Não será concedido qualquer tipo de desconto aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão

JUCESP

08 03 12

reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

5.6 *Fundo de liquidez.* Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.7 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado (i) entre Investidores Qualificados, ressalvado o disposto no artigo 15, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476; (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476; e (iii) depois do cumprimento, pela Emissora, dos itens do artigo 17 da Instrução CVM 476.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora.

6.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), na Data de Emissão.

6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

6.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal").

6.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.

6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

6.7 *Instituição Escrituradora.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escrituradora").

6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº100, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora.

JUCEP

08 03 12

- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, conforme modificada, contando adicionalmente com garantia fidejussória, nos termos da Cláusula 7 abaixo.
- 6.11 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01/02/2012 ("Data de Emissão").
- 6.12 *Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de 1 (um) ano, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01/02/2013 ("Data de Vencimento").
- 6.13 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal das Debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 6.14 *Pagamento da Remuneração.* A Remuneração das Debêntures será paga em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 6.15 *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
 - II. *Juros remuneratórios:* As Debêntures farão jus a remuneração equivalente a 118% (cento e dezoito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão, e será devida na Data de Vencimento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração, devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário não amortizado da Debênture no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Produtório das taxas DI Over com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDi_k \times \frac{p}{100} \right)$$

JUCESP
06 03 12

onde:

n = número total de taxas DI Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais; no caso 118%;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

III. Observado o disposto no item IV abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de " TDI_k ", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

IV. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas ("AGD") para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, sobre o

JUL 2017

08 03 12

novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDIk", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da AGD prevista acima, referida AGD não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDIk", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na AGD prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data da realização da AGD prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDIk", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

- 6.16 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.
- 6.17 *Resgate antecipado facultativo.* Não haverá resgate antecipado facultativo.
- 6.18 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 6.19 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

JUL 19

08 03 19

- 6.20 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impuntualidade no pagamento.
- 6.21 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para esse fim.
- 6.22 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 6.23 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.
- 6.24 *Vencimento antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.24.1, 6.24.3 e 6.24.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso II abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.24.4 abaixo), independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:
- I. (a) decretação de falência da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme aplicável; (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme aplicável; (c) pedido de falência da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme aplicável, formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme aplicável, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme aplicável;
 - II. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

JUN 29

09 03 12

- III. incorporação, fusão ou cisão da Emissora, exceto:
- (i) se aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação; ou
 - (ii) nas hipóteses em que a reorganização societária (incorporação, fusão ou cisão) da Emissora não resulte em mudança indireta do seu controle societário, caso em que serão permitidas independentemente de anuência de Debenturistas.
- IV. incorporação, pela Emissora, de outra(s) sociedade(s), ou incorporação, fusão ou cisão de qualquer controlada da Emissora, exceto:
- (i) se qualquer uma das operações tenha sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação; ou
 - (ii) nas hipóteses em que a reorganização societária (incorporação, fusão ou cisão) pela Emissora não resulte em mudança indireta do seu controle societário, caso em que serão permitidas independentemente de anuência de Debenturistas.
- V. alteração do controle indireto da Emissora, exceto se tal alteração tenha sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação;
- VI. redução do capital social da Emissora, em valor superior ao equivalente a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido reportado no balanço patrimonial da última informação trimestral divulgada pela Emissora até a data de assinatura desta Escritura de Emissão, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação;
- VII. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- VIII. não pagamento, pela Emissora e/ou Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data do respectivo vencimento;
- IX. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 10 (dez) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- X. alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, que altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e exclusivamente relacionadas, direta ou indiretamente, ao setor de sua atuação;

JOESP

00 00 10

- XI. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nas cláusulas abaixo provaram-se falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante, não remediada no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro;
- XII. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIII. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer outra obrigação pecuniária junto a qualquer Debenturista não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da sua declaração, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou dos Fiadores junto a qualquer Debenturista sem que haja o respectivo pagamento;
- XIV. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer outra obrigação pecuniária junto a terceiros, em valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM") (ou seu contravalor em outras moedas), ou vencimento antecipado de dívida da Emissora e/ou dos Fiadores em tal montante sem que haja o respectivo pagamento, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da sua declaração;
- XV. protesto legítimo de títulos contra a Emissora cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu contravalor em outras moedas), exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi quitado e/ou depositado em juízo;
- XVI. descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora em valor, individual ou agregado, na data que for estipulada a referida decisão, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outra moeda;
- 6.24.1. Fica desde já estabelecido que a verificação, pelo Agente Fiduciário, das hipóteses de vencimento antecipado relacionadas aos Fiadores será feita, exclusivamente, com base na declaração a ser enviada pela Emissora, conforme estabelecido na Cláusula 8.1, I, 8.1(a) abaixo, com o que os Debenturistas declaram-se cientes e de acordo.
- 6.24.2. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I, II, V, VII e VIII da Cláusula 6.24 acima não sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao

10039

10039

Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

- 6.24.3. Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.24 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.24.1), os quais deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, e estando estes eventos ainda não sanados, o Agente Fiduciário deverá, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, AGD, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida AGD, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.24.4. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso VIII da Cláusula 6.24 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, com cópia para a CETIP e o Banco Mandatário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso tal pagamento seja feito por qualquer dos Fiadores, este será realizado fora do âmbito da CETIP.
- 6.25 *Publicidade.* Todos os anúncios, aviso e demais atos e decisões relativos às Debêntures e à presente Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Estado de São Paulo", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na mesma data da sua realização. Os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecerá ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, deverá ser de, no mínimo, de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso. A Emissora poderá alterar os jornais acima por outros jornais de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, nos jornais a serem substituídos.
- 6.26 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de

JUL 30

09 03 12

qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada ao Banco Mandatário e ao Agente Fiduciário.

- I. para a Emissora:
Log&Print Gráfica e Logística S.A.
Rua Joana Foresto Storani, nº 676
CEP 13280-000 Vinhedo - SP
At.: Paulo Rogério Bressan
Telefone: (19) 3876-7329
Fac-símile: (19) 38767315
Correio Eletrônico: paulo.bressan@logprint.com.br
- II. para o Agente Fiduciário:
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. das Américas, 500, Bloco, 13, Grupo 205
CEP 22640-100 Rio de Janeiro, RJ
At.: Gustavo Dezouart T. Pinto e Maria Carolina Vieira Abrantes
Telefone: (21) 3514-0000
Fac-símile: (21) 3514-0099
Correio Eletrônico: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br; e
ger2.agente@oliveiratrust.com.br
- III. para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663 – 1º andar
CEP 01452-001 São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1563
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br
- IV. Para o Banco Mandatário:
Itaú Unibanco S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº100,
CEP 04344-902 São Paulo – SP
At.: Douglas de Castro Callegari
Telefone: (11) 5029-1905
Fac-símile: (11) 5029-1235
Correio Eletrônico: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br
- V. para a SOBRAPAR:
Sobrapar – Sociedade Brasileira de Organização e Participações LTDA.
Rua General Venâncio Flores, nº 305, sala 1002 (parte)
Rio de Janeiro - RJ
At.: Miguel Ribeiro
Telefone: (21) 3206-5805
Fac-símile: (21) 3206-5809
Correio Eletrônico: miguelribeiro@multiplic.com.br

JUE 31
00 03 12

VI. para o AJAC:
Antônio José de Almeida Carneiro
Rua General Venâncio Flores, nº 305, sala 1002 (parte)
Rio de Janeiro - RJ
At.: Antonio José de Almeida Carneiro
Telefone: (21) 3206-5805
Fac-símile: (21) 3206-5809
Correio Eletrônico: ajcarneiro@multiplic.com.br

7. GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

- 7.1 Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura de Emissão, os Fiadores prestam fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.
- 7.2 Os Fiadores declaram-se e obrigam-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores, responsáveis solidariamente à Emissora como principais pagadores do Valor Garantido (conforme definido abaixo) oriundo das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com os artigos 275 e seguintes e 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").
- 7.3 Os Fiadores, nos termos do artigo 828, I e II, do Código Civil, renunciaram, desde já, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de desoneração previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 7.4 O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, honorários e despesas com assessor legal, honorários e despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário, CETIP e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Valor Garantido"). Todo e qualquer pagamento realizado pelos Fiadores em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.
- 7.5 O Valor Garantido será pago pelos Fiadores, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 2 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Fiadores, emitida nos termos desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 01 (um) dia útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.

JUL 30
09 03 12

- 7.6 Fica facultado aos Fiadores efetuarem pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pelos Fiadores.
- 7.7 Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que os Fiadores obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
- 7.8 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.
- 7.9 Os Fiadores declaram e garantem que todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas (inclusive autorização da cônjuge de AJAC, Sra. Maria Lucia, acima qualificada) e se encontram em pleno vigor.
- 7.10 Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista nesta Escritura, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.
- 7.11 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Fiadores.
- 7.12 Fica desde já certo e ajustado que, até a Data de Vencimento e durante eventual prazo de cura especificamente estipulado nesta Escritura, a Emissora é a única responsável pelo pagamento de qualquer valor e pelas obrigações acessórias estabelecidas nesta Escritura, exceto se de outra forma expressamente aqui pactuado. Não obstante, no caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer pagamento, nos termos desta Escritura, os Fiadores tornar-se-ão responsáveis pelo referido pagamento, nos termos da Cláusula 7.2 acima.

8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) em até 3 (três) meses do encerramento do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas acompanhadas de relatório da administração e parecer dos auditores independentes; (ii) declaração da Emissora atestando o cumprimento das obrigações dispostas nesta Escritura de

JUCESP

08 03 12

Emissão, inclusive com relação aos Fiadores; e (iii) cópia do balanço patrimonial e/ou declaração de Imposto de Renda dos Fiadores, conforme aplicável;

- (b) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias gerais de acionista que de alguma forma envolvam os interesses dos mesmos;
 - (c) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento de inadimplemento nos termos da Cláusula 6.24 da presente Escritura;
 - (d) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento nos termos da Cláusula 6.24 da presente Escritura;
 - (e) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento prejudicial que comprometa, de forma significativa, os negócios da Emissora e/ou sua capacidade de atender a suas respectivas obrigações decorrentes da presente Escritura ("Efeito Material Adverso");
 - (f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificada e razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário;
 - (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP; e
 - (h) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos com tal inscrição;
- II. informar o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e a CETIP sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures que seja permitido nos termos da presente Escritura de Emissão, se for o caso, com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- III. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- IV. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles em processo de renovação e/ou cuja não obtenção não possa acarretar em um Efeito Material Adverso;

JUCESP

08 03 12

- V. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- VI. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o SND, arcando com os respectivos custos;
- VII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (SDT) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);
- VIII. efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora;
- IX. efetuar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 9.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 9.4 abaixo, inciso VI;
- X. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer AGD;
- XI. convocar, imediatamente, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XII. comparecer, por meio de seus representantes, às AGDs, sempre que solicitado;
- XIII. enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas no item XIV, alínea 1.1I(c) abaixo; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer; e
- XIV. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos da Instrução CVM 476:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas Demonstrações Financeiras a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet as Demonstrações Financeiras da Emissora relativas a cada exercício social,

JUL 30

08 03 12

acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;

- (d) por um prazo de 3 (três) anos, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM.

9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constituirá obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento, até o limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora e pelos Fiadores, sendo certo que não efetuou nenhum procedimento independente de verificação, com o que o Debenturistas declaram-se cientes e de acordo;
- VII. é instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

JUL 30

08 03 12

- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- X. está devidamente qualificado para exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- XI. as pessoas que o representam na assinatura deste Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- XII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XIII. os Fiadores possuem patrimônio líquido superior ao volume da Emissão, na Data de Emissão, segundo balanço patrimonial do exercício findo em 31/12/2010 e/ou declaração de Imposto de Renda de 2010, conforme aplicável, entregue ao Agente Fiduciário; e
- XIV. atua como agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão privada de debêntures subordinadas não conversíveis em ações da Emissora, a qual possui as seguintes características:
- (a) *Ofertante:* Log & Print Gráfica e Logística S.A.;
 - (b) *Valor total da emissão:* R\$37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais);
 - (c) *Quantidade de debêntures:* 37.000 (trinta e sete mil);
 - (d) *Espécie:* Subordinada;
 - (e) *Vencimento:* 15 de abril de 2023;
 - (f) *Tipo e valor dos bens dados em garantia:* Não se aplica;
 - (g) *Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no Período:* Até a data de assinatura da presente Escritura, não ocorreram eventos de resgate. A amortização das debêntures será realizada em 10 parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela de amortização devida a partir de 15/04/2014. Ocorreram pagamentos de juros e atualização monetária em 15/04/2009, 15/04/2010 e 15/04/2011. As debêntures são simples, não conversíveis em ações. Além disso, não há previsão de repactuação. Outrossim, o Agente Fiduciário não tem ciência de qualquer inadimplemento.

9.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura

JUCESP

00 03 12

de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

9.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar AGD para esse fim;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela AGD e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, bem como nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela AGD; ou (b) a AGD não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

JUCESP

03 03 12

9.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

- I. à título de remuneração pelos serviços, será devida parcela única de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) pelos serviços de Agente Fiduciário. Tal parcela será devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão;
- II. serão devidas parcelas anuais de R\$6.000,00 (seis mil reais), calculadas *pro rata temporis*, atualizadas pelo IGP-M, caso as Debêntures não sejam quitadas na Data de Vencimento;
- III. no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, a serem pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- IV. os impostos vigentes à época do pagamento serão acrescidos a remuneração proposta;
- V. os serviços previstos nesta Escritura são aqueles descritos na Instrução CVM n.º 28 e Lei das Sociedades por Ações;
- VI. as remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;
- VII. no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que

JUL 2019

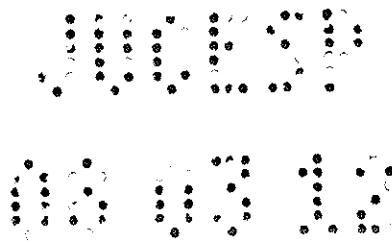
11 03 10

relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos;

- VIII. eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão o Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.
- IX. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:
- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (b) extração de certidões;
 - (c) locomoções entre cidades e Estados e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções; e
 - (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- X. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

9.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, até o limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora e pelos Fiadores;
- VI. promover nos competentes órgãos, às expensas da Emissora caso esta não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão, e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- X. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora;
- XI. convocar, quando necessário, AGD e enviar à CETIP, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD tão logo tome ciência da mesma;
- XII. comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, elaborar as atas das AGDs e enviar à CETIP, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de realização da AGD, cópia da ata da AGD;
- XIII. elaborar e enviar à Emissora, no prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Emissora enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as Demonstrações Financeiras da Emissora, com

JUCEP

08 03 12

ênfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

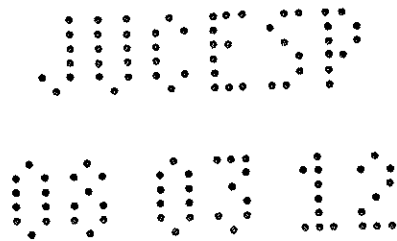
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão;
 - (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, Controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XIV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- XV. enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório a que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVII. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se for o caso;
- XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão;
- XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta

JUCESP

08 03 12

Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos; e

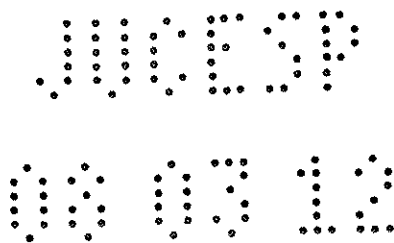
- XX. divulgar as informações referidas no item XIII, alínea (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento.
- 9.6 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.24 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. requerer a falência da Emissora, se não existirem garantias reais;
 - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.
- 9.7 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 9.6 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação.
- 9.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 9.9 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD.
- 9.10 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, obrigando-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora.
- 9.11 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento sobre qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade



adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10. ASSEMBLEIAS GERAIS DE DEBENTURISTAS

- 10.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 10.2 As AGDs poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 10.3 As AGDs se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 10.4 A presidência das AGDs caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 10.5 Nas deliberações das AGDs, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.6 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas nas AGDs dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.
- 10.6 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.15, inciso IV acima; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; e (d) da espécie das Debêntures.
- 10.7 Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer AGD, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou a qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus administradores; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer AGDs, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.
- 10.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.
- 10.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 10.10 Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.



11. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

11.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a Oferta, (a) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora; e (b) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na data de assinatura desta Escritura de Emissão; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- VI. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 e aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2010 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- VII. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, em seu melhor conhecimento, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por quaisquer descumprimentos que não possam acarretar um Efeito Material Adverso;
- VIII. está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e por quaisquer obrigações cujo descumprimento não possa acarretar um Efeito Material Adverso;
- IX. inexistem, em seu melhor conhecimento, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa

JUL 29

08 07 12

ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar um Efeito Material Adverso; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão; e

- X. tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- XI. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

11.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 11.1 acima.

11.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

12. DESPESAS

- 12.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Escrituradora e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

13. RENÚNCIA

- 13.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 14.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de

JUL 19

09 03 12

Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 15.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 15.3 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

16. ARBITRAGEM

- 16.1 Sem prejuízo de cobrança das Debêntures por meio de procedimento de execução judicial, fica expressamente convencionado que todas as disputas, controvérsias ou reclamações relacionados com a interpretação e/ou violação de quaisquer termos e condições aqui previstos não solucionadas de comum acordo entre a Emissora, as Fiadoras, o Agente Fiduciário representando a comunhão de interesse dos titulares das Debêntures e/ou os Debenturistas individualmente, quando aplicável, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação pela outra parte sobre o conflito (exceto nas hipóteses previstas nesta Escritura em que há prazo de cura específico) serão obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvidas por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento") vigente na data do Pedido de Instauração de Arbitragem, disponível, entre outras formas, no website <http://www.ccbc.org.br>, do qual as Partes declaram ter pleno conhecimento, e consoante as disposições da Convenção Arbitral constante desta cláusula 15.
- 16.2 Quando instaurada em decorrência do disposto no item 14.7.1, acima, a arbitragem entre as Partes reger-se-á pelas disposições abaixo, bem como por aquelas constantes do Regulamento.
- 16.3 A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Centro").
- 16.1 O procedimento arbitral deverá ocorrer no idioma Português, sendo o registro dos atos efetuado por quaisquer meios para tanto disponíveis, inclusive taquigráficos, audiovisuais e eletrônicos. Referidos meios deverão possibilitar o armazenamento e posterior consulta pelas Partes dos dados, mantendo a integridade, autoria e autenticidade das informações armazenadas intactas, a qualquer tempo.
- 16.2 A Parte que deixar de efetuar o pagamento de sua parcela das custas e honorários estimados dos árbitros, conforme vier a ser exigido pelo Centro, deverá, além do

JUL 19

09 03 19

pagamento dos valores devidos, pagar à outra Parte, a título de multa, o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do montante resultante da soma do valor dos honorários estimados dos árbitros e de todas as despesas a serem incorridas a instauração do procedimento arbitral.

- 16.3 O tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral") será composto por três árbitros, indicados na forma estabelecida nas cláusulas seguintes.
- 16.4 As Partes envolvidas na controvérsia indicarão, cada uma, um árbitro e seus respectivos suplentes, qualificando-os devidamente na oportunidade de celebração do Termo de Arbitragem. Na hipótese de haver múltiplos demandantes ou demandados, os múltiplos demandantes ou os múltiplos demandados designarão conjuntamente um único árbitro para compor o Tribunal Arbitral.
- 16.5 Caso os demandantes ou os demandados não cheguem a um consenso a respeito do seu respectivo árbitro ou qualquer das Partes envolvida na controvérsia deixe de nomear um árbitro, por omissão ou revelia, o Centro poderá nomear o respectivo árbitro ou todos os membros do tribunal arbitral.
- 16.6 Nos termos do Regulamento de Arbitragem, fica acordado que o terceiro árbitro, que será o Presidente do Juízo Arbitral, será eleito pelos árbitros indicados pelas Partes envolvidas na controvérsia, conforme determinado nos itens acima.
- 16.7 O Tribunal Arbitral estará autorizado, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei de Arbitragem, a aplicar, com relação ao mérito da questão submetida ao Tribunal Arbitral, o direito brasileiro, sendo vedado o julgamento por equidade.
- 16.8 O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá as desta Escritura ("Controvérsia").
- 16.9 Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nas Debêntures, que serão substituídos pela arbitragem.
- 16.10 Cada Parte permanece com o direito de requerer no juízo comum competente as medidas judiciais que visem a obtenção de medidas cautelares para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente à instauração do tribunal arbitral ou posteriormente em circunstâncias que assim o exigirem, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem. Todo e qualquer pedidos de natureza liminar ou cautelar solicitados perante a autoridade judiciária deverão ser informados o quanto antes ao Centro e ao Tribunal Arbitral. Para o exercício das citadas tutelas jurisdicionais as Partes elegem o foro da cidade de São Paulo, comarca da Capital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 16.11 A sentença arbitral será proferida na Cidade de São Paulo, por escrito, justificando os fundamentos da decisão e analisando as questões de fato e de direito, na sede do Centro, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de instituição do procedimento arbitral, correspondente à data do recebimento pelo Centro da notificação da Parte iniciadora do procedimento de arbitragem, nos termos do Regulamento.
- 16.12 A sentença arbitral proferida terá sua homologação judicial dispensada, sendo

ARBITRAGEM

16.13

terminativa, definitiva e irrecurível, gerando todos os efeitos da sentença judicial, inclusive coisa julgada formal e material.

- 16.13 As Partes concordam em cumprir a sentença arbitral fiel e tempestivamente, renunciando, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, à apresentação de qualquer recurso, reclamação ou ação em qualquer instância ou Tribunal, exceto às hipóteses previstas nos artigos 22, parágrafo quarto, 32 e 33 da Lei de Arbitragem.
- 16.14 Nos termos do artigo 31 da Lei de Arbitragem, qualquer das Partes poderá requerer em juízo a execução da sentença arbitral, com o objetivo de compelir a outra Parte ao correspondente cumprimento, exclusivamente no foro do São Paulo.
- 16.15 A sentença arbitral estabelecerá que a parte vencida reembolsará a outra por todos e quaisquer dispêndios incorridos, incluindo referentes a honorários dos árbitros e advogados estabelecidos pelo Tribunal Arbitral segundo seu prudente arbítrio e tabelas de honorários pertinentes, incluindo-se no reembolso as quantias adiantadas nos termos do item 15.5. acima.
- 16.16 Os advogados das Partes, quando constituídos nos termos do Regulamento, deverão receber cópia de todas as comunicações, notificações, correspondências, avisos e demais informações sobre os atos e determinações do Tribunal Arbitral enviadas às Partes, sendo permitido o envio de informações por meio de e-mail, fax ou correio à escolha do remetente.
- 16.17 Nos termos do Regulamento, o procedimento arbitral é rigorosamente sigiloso, sendo vedado aos membros do Centro, aos árbitros e às próprias Partes, bem como quaisquer outros eventualmente envolvidos, divulgar quaisquer informações a ele relacionadas, as quais tenham tido acesso em decorrência de ofício ou de participação no referido procedimento, salvo mediante expressa autorização das Partes.
- 16.18 As Partes concordam que, por força da sujeição voluntária de ambas as Partes à arbitragem, nos termos da Lei de Arbitragem, é vedada a apreciação de qualquer questão relacionada ao objeto de litígio por qualquer outro juízo que não o Tribunal Arbitral. Dessa forma, quaisquer ações, reclamações, recursos sobre o objeto de litígio a qualquer juízo deverão ser rejeitados de plano, quer antes ou depois do procedimento arbitral ter sido iniciado, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 22, parágrafo quarto, 32 e 33 da Lei de Arbitragem.
- 16.19 O disposto no item 15.24. não impede, exclusivamente, a propositura de ação de execução desta Escritura, ficando, no entanto, o juízo impedido de apreciar qualquer matéria alegada em embargos ou em qualquer outra ação, as quais deverão ser submetidas à decisão final do juízo arbitral. Para efeitos deste item 15.25., fica eleito o foro previsto no item 15.20. acima, como o único competente para apreciar qualquer ação de execução.
- 16.20 As Partes observarão e cumprirão as regras, prazos e procedimentos para o cumprimento do procedimento arbitral conforme determinado pelo Regulamento de Arbitragem. Caso qualquer das Partes não cumpra referidas regras, prazos e procedimentos, inclusive a não indicação de árbitro, serão aplicáveis os procedimentos e penalidades previstos no Regulamento de Arbitragem.
- 16.21 Caso qualquer das Partes não apresente defesa no prazo e forma aplicáveis, serão

LOG & PRINT

00 03 12

presumidos como verdadeiros todos os fatos apresentados pela Parte que iniciou a arbitragem, aplicando-se, analogicamente, as regras da revelia previstas no Código de Processo Civil.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Vinhedo, 14 de fevereiro de 2012

LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA S.A.

Nome: Maurício Rezende
Cargo: RG: 9.231.917-6
CPF: 013.857.358-13

Nome: RODNEY PALONI CASADEI
Cargo: CPF: 137.700.168-74

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: Mauro Sérgio de Oliveira
Cargo: Diretor

Nome: MARIA CAROLINA VIEIRA ABRANTES
Cargo: PROCURADORA

SOBRAPAR – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Nome: _____
Cargo: _____

ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA CARNEIRO

MARIA LUCIA BOARDMAN CARNEIRO

Testemunhas:

Nome: NATHALIA GUEDES ESTEVES
Id.: 20.956.806-2
CPF/MF: 107.606.197-43

Nome: FABIO AUGUSTO BACALAN
Id.: 26.643.606-7
CPF/MF: 243.026.708-08